LEI MUNICIPAL Nº 680/2019, DE 23 DE ABRIL DE 2.019.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso I da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - Esta Lei reformula o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR - dos servidores da Saúde e atividades afins (conservação, manutenção e desenvolvimento) do Município de Pendências/RN.

Art. 2º - O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Saúde e atividades afins tem por objetivo a valorização dos servidores através da equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional associado à evolução funcional a um sistema permanente de qualificação, como forma de melhorar a qualidade de prestação de serviços de saúde da Administração Pública Municipal.

Art. 3º - Para fins de acompanhamento do processo de implantação e desenvolvimento do PCCR deverá ser constituída mediante decreto, comissão paritária composta por representantes sindicais dos servidores municipais abrangidos por este Plano, bem como por representantes do Poder Executivo Municipal.

Art. 4° - O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da saúde do Município de Pendências adota os seguintes Princípios:

I - ABRANGÊNCIA: Os servidores das diferentes áreas de saúde (Assistência à Saúde; Infraestrutura de Apoio e Servidores; Administração e Gestão) farão parte de uma única carreira na Esfera Municipal.

II - QUALIDADE: O Plano possibilitará o constante aperfeiçoamento, qualificação funcional e formação dos servidores da saúde, objetivando melhorar a resolutividade dos serviços de ações e permitir a evolução ininterrupta dos servidores na carreira.

III - MOBILIDADE: Para garantir a mobilidade dos servidores na carreira e o acesso entre as distintas áreas de carreira.

IV - UNIVERSALIDADE: Os órgãos e Instituições Públicas integrarão uma carreira única independente dos seus níveis de complexidade na Esfera Municipal.

V - EQUIDADE: Os cargos serão agrupados de acordo com a sua classificação, na observância da qualificação profissional e da complexidade exigidas para o desenvolvimento das atividades, sendo assegurado tratamento isonômico, inclusive salarial aos servidores com funções assemelhadas pertencentes ao quadro de servidores efetivos do Município de Pendências.

VI - FLEXIBILIDADE: O Plano se adequará, periodicamente, as necessidades e a dinâmica da Secretaria Municipal de Saúde.

VII - PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO: Para possibilitar aos servidores a participação, através dos mecanismos legitimamente instituídos, na formulação das metas de desenvolvimento institucional e profissional.

VIII - INCENTIVO À DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração estimulará e propiciará vantagens aos servidores em regime de dedicação exclusiva nos cargos de Assessoria, Chefia e Direção.

IX - CARGOS DE CHEFIA: Os Cargos de Chefia serão previstos no quadro de pessoal, reduzindo-se ao mínimo os cargos de livre provimento.

Art. 5º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - SERVIDOR: Todos aqueles que se inserem direta ou indiretamente na atenção à saúde no âmbito do Município de Pendências, podendo deter ou não formação específica para o desenvolvimento de funções atinentes ao setor.

II - PLANO DE CARREIRA: Conjunto de normas que disciplinam o ingresso e instituem oportunidades e estímulos ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, contribuindo com a qualidade dos serviços e constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal.

III - CARREIRA: Trajetória do servidor desde o seu ingresso no cargo público até o seu desligamento regido por regras específicas.

IV - SERVIDOR PÚBLICO: Pessoa legalmente investida em cargo público.

V - CARGO PÚBLICO: Conjunto de atribuições exigidas de seus ocupantes, com responsabilidades previstas na estrutura organizacional e vínculo de trabalho estatutário.

VI - ENQUADRAMENTO: É o ato pelo qual se estabelece a posição do servidor em um determinado cargo, classe e padrão de vencimento, em face da análise de sua situação jurídico-funcional.

VII - VENCIMENTO: Retribuição pecuniária pelo exercício de um cargo, com valor fixado em Lei.

VIII - REMUNERAÇÃO: Vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em Lei.

IX - PADRÃO DE DESEMPENHO: Faixa de valores formada pelo conjunto de referências numéricas aplicáveis aos cargos efetivos, no procedimento da progressão funcional.

X - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: Monitoramento sistemático do processo de trabalho e do conjunto de atividades desenvolvidas no exercício funcional dos servidores da saúde do Município de Pendências.

XI - CLASSES: Divisões que agrupam dentro de um determinado cargo as atividades com níveis similares de complexidade.

XII - ÁREA DE QUALIFICAÇÃO: Conjunto de atividades afins ou área de conhecimento integrantes da habilitação legal, com atribuições específicas do cargo efetivo.

XIII - PLANO INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS: Conjunto de ações de capacitação e de desenvolvimento de competências interpessoais, sistematizadas nos planos plurianuais, destinado ao conjunto dos servidores da saúde nas diversas inserções da Secretaria Municipal de Saúde, existentes no âmbito da Gestão Municipal de Pendências.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DAS CARREIRAS

Art. 6º - O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da saúde do Município de Pendências está estruturado em cargos, classes e padrões de desempenho.

Art. 7º- A carreira ora instituída é composta de cargos hierarquizados segundo o grau de complexidade e responsabilidade em três níveis referentes à habilitação básica, média e superior, conforme a seguinte disposição:

I - **Nível Fundamental**: condutor.

II - **Nível Médio:** agente comunitário de saúde, agente de combate às endemias e auxiliar e técnico em enfermagem.

III - **Nível Superior:** Enfermeiro, Médico, Farmacêutico e Assistente Social.

§ 1º - A cada cargo correspondem categorias funcionais identificadas como necessárias ao desenvolvimento das atividades e funções da saúde, executadas pelo Município, na conformidade do Anexo I desta Lei.

§ 2º - Os cargos integrantes das carreiras estão agrupados segundo padrões, desdobrando-se em estágios crescentes horizontais e verticais, que são as faixas e as classes, respectivamente, conforme o disposto no Anexo II desta Lei.

§ 3º - Os cargos que compõem a carreira, sua estrutura com as respectivas categorias funcionais, bem como as descrições de suas atribuições, requisitos e demais especificações constam do Anexo III que integra esta Lei.

Art. 8º - As carreiras definidas por este Plano serão estruturadas em matrizes, classes e faixas observando-se os seguintes ordenamentos:

I - O ingresso por concurso público na classe inicial e primeiro padrão de desempenho fixado para o cargo efetivo correspondente, observado o pré-requisito de escolaridade mínima de ingresso.

II - Acesso à faixa e classe subsequentes mediante progressão por tempo de permanência na faixa ou por avaliação de desempenho, na forma dos pré-requisitos exigidos para cada classe.

III - Acesso à matriz subsequente mediante comprovação de mudança de nível de escolaridade, na forma dos pré-requisitos exigidos para cada matriz.

Art. 9º - O padrão de desempenho identifica a posição do servidor na escala de valores em função do seu cargo, classe e nível de progressão.

Art. 10 - As jornadas de trabalho para os servidores da saúde serão 40 horas.

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 11 - O desenvolvimento do trabalho na carreira dar-se-á através da progressão funcional, promoção, mobilidade e acesso, a seguir definidos:

I - **PROGRESSÃO**: Passagem do servidor de um nível salarial para o imediatamente superior, dentro de seu padrão funcionais obedecidos os critérios especificados para tempo de permanência na faixa salarial e avaliação de desempenho.

II - **PROMOÇÃO**: Passagem do servidor de um cargo para outro, após aprovação em concurso público de provas e títulos e avaliação de desempenho no cargo anterior.

III - **MOBILIDADE**: Passagem do servidor de um padrão para outro dentro do mesmo cargo, de acordo com a titulação obtida.

IV - **ACESSO**: Investidura em cargo de comissão ou em função de direção, de chefia e de assessoramento.

Art. 12 - Progressão é a passagem do trabalhador de um padrão de desempenho para outro, na mesma classe, por tempo de permanência na faixa, ou mérito mediante resultado satisfatório obtido em avaliação de desempenho periódica.

§ 1º - Os interstícios para o desenvolvimento na carreira e o número dos padrões de desempenho serão estabelecidos de forma que seja possível ao trabalhador que nela ingresse, alcançar o último padrão de vencimento da classe do seu cargo.

§ 2º - A diferença percentual entre um padrão de desempenho e o seguinte será constante em toda grade de remuneração.

§ 3º- A relação entre o primeiro e o último padrão de desempenho da carreira será fixado visando assegurar a valorização social do trabalho e fortalecimento das equipes.

Art. 13 - A progressão por mérito através da avaliação de desempenho tem por finalidade a apreciação sistemática e contínua do desempenho do servidor e da sua conduta no exercício de suas atribuições, visando à contribuição efetiva para realização dos princípios e objetivos institucionais de conformidade com o disposto em regulamento específico.

Parágrafo Único - O programa institucional de avaliação de desempenho abrange a avaliação das atividades dos servidores, dos coletivos de trabalho e da instituição.

Art. 14 - A progressão, promoção, mobilidade e o programa institucional de avaliação de desempenho serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo a ser encaminhado pela Comissão de Acompanhamento e Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Saúde, no prazo de 30 dias da publicação desta Lei, havendo progressão automática em caso de não realização da avaliação.

Art. 15 - A promoção de um servidor de um cargo para outro se dará por meio de concurso público de provas e títulos com comprovação de titulação adequada ao cargo pleiteado e avaliação de desempenho das atividades desenvolvidas no cargo anterior.

Art. 16 - A mobilidade do servidor de um padrão de desempenho para outro se dará por meio de requerimento, sempre que este adquirir titulação exigida para ingresso no novo padrão.

Parágrafo Único: A qualificação profissional será sempre vinculada ao desempenho e execução das atividades finalistas dos órgãos e:

I - Visará o aprimoramento dos serviços prestados estimulando a eficácia, a efetividade e a eficiência.

II - Possibilitar o desenvolvimento na carreira.

Art. 17 - A concessão de gratificações ou adicionais salariais dar-se-ão no interesse da Administração, de acordo com os percentuais definidos por Lei Federal, Estadual ou Municipal e será conferida ao servidor em condições especiais nas seguintes situações:

I - Adicional de Insalubridade;
II - Adicional de Deslocamento;
III - Diárias;
IV - Gratificação pela Prestação de Serviços em Programas e Projetos Específicos;
V - Adicional noturno;
VI - Adicional por Atividades Assistenciais.

CAPÍTULO IV

DA ASCENSÃO E DA PROGRESSÃO FUNCIONAL E DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE OUTROS TÍTULOS

SEÇÃO I

DA ASCENSÃO FUNCIONAL

Art. 18 - A ascensão funcional do servidor público municipal se constituirá pelo seu desenvolvimento no próprio cargo, mediante o enriquecimento profissional e o aumento de sua qualificação, que será comprovada por meio de certificados e diplomas de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

Art. 19 - O desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores municipais observarão o exposto nos incisos a seguir:

I - Formação inicial, a preparação dos servidores recém – aprovados nomeados ou admitidos para o exercício das atribuições dos cargos respectivos, transmitindo-lhes conhecimentos, métodos, técnicas e habilidades adequadas.

II - Apresentação de certificados que comprovem a escolaridade como também, de diplomas de cursos de graduação e pós-graduação em universidades reconhecidas pelo Ministério da Educação, que comprovem a preparação do servidor para o desempenho eficiente, eficaz e efetivo das atribuições ao cargo ou ao emprego público.

Art. 20 - A ascensão funcional do servidor público municipal dar-se-á pela passagem de um nível inferior para um nível superior de escolaridade de um grupo específico de cargos, acompanhando a faixa de progressão correspondente ao tempo de serviço, mediante a formação e qualificação específicas em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, conforme disposto nas tabelas anexas.

SEÇÃO II

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL E DA AVALIAÇAO DE DESEMPENHO

Art. 21 - A progressão funcional do servidor público municipal, no exercício de cargos de provimento efetivo, dar-se-á por antiguidade no serviço público ou, também, por mérito, que será comprovado por meio de avaliação de desempenho funcional.

Art. 22 - O período de tempo para o servidor público municipal requerer a sua progressão funcional será a cada 03 (três) anos de serviço público, a contar da data de seu ingresso no Município de Pendências.

Art. 23 - Para cada período de tempo, especificado no artigo anterior, será concedido ao servidor público municipal, que esteja no exercício de cargo de provimento efetivo,

um acréscimo sobre o seu vencimento, na mudança de faixas e na mudança de classes, conforme disposto nos anexos desta Lei.

Art. 24 - A avaliação de desempenho funcional, disposta no artigo 26 desta Lei, para fins de progressão funcional, é o instrumento utilizado na aferição do desempenho do servidor no cumprimento das atribuições de seu cargo ou função, permitindo o desenvolvimento na carreira.

Parágrafo Único - O desenvolvimento e a aplicação do instrumento para avaliação de desempenho funcional dos servidores públicos municipais será de competência da Comissão constituída na forma do artigo 26 desta Lei, devendo ser realizada no mês de fevereiro de cada ano, sob pena de progressão automática por decurso do tempo.

Art. 25 - Na avaliação de desempenho serão adotadas metodologias que contemplem a natureza dos cargos ou funções e as atividades desenvolvidas pelo servidor, especialmente:

I - Habilitação legal, objetividade e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional das carreiras;

II - Contribuição do servidor para a consecução dos objetivos do Município;

III - Comportamento, assiduidade, pontualidade, cortesia, interesse e disciplina;

IV - Qualidade dos serviços que realiza dentro na execução das atribuições que o cargo lhe concede;

V - Produtividade e interesse pelo serviço;

VI - Disciplina e responsabilidade;

VII - Capacidade de iniciativa.

Art. 26 - Será constituída uma Comissão para aplicação do instrumento de avaliação de desempenho funcional no âmbito do Executivo Municipal, formada pelos seguintes membros, com suas respectivas indicações:

I - 01 (um) membro representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - 01 (um) membro representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - 02 (dois) membros eleitos entre os servidores.

SEÇÃO III

DA INSALUBRIDADE

Art. 27 - Os servidores integrantes deste Plano poderão ter direito ao adicional que faz jus os que trabalham, habitualmente, em locais insalubres, ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas ou com risco de vida.

§ 1º - A percepção do referido adicional, é calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 2º - Os percentuais correspondem a 40%, 20% e 10% respectivamente, conforme seja a insalubridade classificada no grau máximo, médio ou mínimo.

§ 3º - O Poder Público Municipal contratará profissional competente para emitir laudo, anualmente, atestando o grau de insalubridade que estejam submedidos os servidores da saúde, no prazo de 30 dias da publicação desta Lei.

§ 4º - A servidora gestante ou lactante é afastada, enquanto durarem a gestação e a lactação, das operações e locais insalubres.

SEÇÃO IV

DO ADICIONAL DE DESLOCAMENTO E DAS DIÁRIAS

Art. 28 - Para os servidores ocupantes de cargos efetivos que exerçam suas atividades em locais distantes da zona urbana do Município de Pendências, como em áreas de

zona rural, será concedida uma ajuda de deslocamento sobre seu vencimento, no importe dos gastos comprovados ou transporte público regular.

Art. 29 - Sempre que o servidor público municipal viajar para resolver assuntos de interesse do Município de Pendências, terá direito a receber diárias no importe correspondente aos gastos devidamente comprovados mediante recibos ou notas.

SEÇÃO V

ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROGRAMAS E PROJETOS ESPECÍFICOS

Art. 30 - Os ocupantes de cargo efetivo que atuam em programas e projetos específicos, oriundos de outras esferas governamentais ou até mesmo do próprio Município, terão seus vencimentos acrescidos de 10% (dez por cento), de forma transitória, enquanto perdurar o progroma ou projeto.

SEÇÃO VI

ADICIONAL NOTURNO

Art. 31 - O servidor que preste serviço em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), conforme artigo 82, da Lei Municipal nº 333/2001.

SEÇÃO VII

ADICIONAL POR ATIVIDADE ASSISTENCIAL

Art. 32 - É devido ao servidor que presta serviços fora do ambiente hospitalar de lotação originária, valores remuneratórios conforme Anexo VII.

CAPÍTULO V

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Art. 33 - O Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas contém:

I - Programa Institucional de Qualificação.

II - Programa Institucional de Avaliação de Desempenho.

Art. 34 - O Programa Institucional de Qualificação tem os seguintes objetivos:

I - Conscientização do servidor visando sua atuação no âmbito da função dos serviços prestados pelas Secretarias Municipais que compõem a estrutura de organização do Município de Pendências e o exercício pleno de sua cidadania para proporcionar ao usuário um serviço de qualidade.

II - O desenvolvimento integral do cidadão servidor púbico municipal de Pendências.

III - A otimização da capacidade técnica dos servidores.

Art. 35 - O Programa Institucional de Qualificação tem o processo de trabalho como eixo definido e configurador de demandas de qualificação profissional, possibilitando de forma equânime o acesso dos serviços em: Cursos de Educação Básica, Formação Técnica, Especialização em sua Área de Atuação, Extensão, Mestrado e Doutorado Profissional.

§ 1º - As qualificações de que trata este artigo serão planejadas, organizadas e executadas de forma integral à progressão na carreira.

§ 2º - Além dos cursos regulares, serão realizados outros eventos para aprimoramento dos servidores da saúde e demais Secretarias visando a formação permanente em conformidade com o planejamento estratégico institucional.

§ 3º - O Programa Institucional de Qualificação será publicado anualment

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36 - O enquadramento dos servidores da saúde e atividades afins se dará por meio da transformação dos cargos atuais para os integrantes deste Plano, de acordo com os critérios da faixa salarial, na grade de vencimentos correspondente ao cargo, tempo de serviço e escolaridade do servidor, conforme Anexos desta Lei.

Parágrafo Único - Os ocupantes dos cargos atuais da saúde, em regime estatuário, nos termos da legislação vigente, serão integrados nos novos cargos obedecendo ao local de atuação.

Art. 37 - Os cargos em comissão do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Saúde são de livre nomeação e exoneração, a serem ocupados preferencialmente por servidores efetivos municipais.

Art. 38 - Fica vedado o exercício de quaisquer atividades privadas para os cargos efetivos de Auditor em Saúde Pública, Gestor em Saúde e Fiscal de Controle Sanitário, observadas as prescrições constitucionais.

Art. 39 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento do Município, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, se necessário.

Art. 40 - Os valores básicos dos salários dos profissionais de saúde contemplados no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, serão reajustados em 14% (quatorze por cento) em 01/01/2019, e serão reajustados em 01/01/2020 e 01/01/2021 em 14% (quatorze por cento) respectivamente, e passarão a ser reajustados anualmente em janeiro de cada ano, a partir de 2022, com os mesmos índices de reajuste do Salário Mínimo Nacional.

Art. 41 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/01/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Francisco Alves de Queiroz, Pendências/RN, 23 de Abril de 2019.

FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
Prefeito Municipal

ANEXOS V

VENCIMENTOS

CONDUTORES DE VEÍCULO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA/PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

FAIXAS	CATEGORIA B	CATEGORIA C	CATEGORIA D	CATEGORIA E	CATEGORIA F
A - 0 a 3	R$ 1.368,00	R$ 1.409,04	R$ 1.479,49	R$ 1.597,85	R$ 1.757,64
B – 3 a 6	R$ 1.409,04	R$ 1.451,31	R$ 1.523,88	R$ 1.645,79	R$ 1.810,37
C – 6 a 9	R$ 1.451,31	R$ 1.494,85	R$ 1.569,59	R$ 1.695,16	R$ 1.864,68
D – 9 a 12	R$ 1.494,85	R$ 1.539,70	R$ 1.616,68	R$ 1.746,02	R$ 1.920,62
E – 12 a 15	R$ 1.539,70	R$ 1.585,89	R$ 1.665,18	R$ 1.798,40	R$ 1.978,24
F – 15 a 18	R$ 1.585,89	R$ 1.633,46	R$ 1.715,14	R$ 1.852,35	R$ 2.037,58
G – 18 a 21	R$ 1.633,46	R$ 1.682,47	R$ 1.766,59	R$ 1.907,92	R$ 2.098,71
H – 21 a 24	R$ 1.682,47	R$ 1.732,94	R$ 1.819,59	R$ 1.965,16	R$ 2.161,67
I – 24 a 27	R$ 1.732,94	R$ 1.784,93	R$ 1.874,18	R$ 2.024,11	R$ 2.226,52
J – 27 a 30	R$ 1.784,93	R$ 1.838,48	R$ 1.930,40	R$ 2.084,83	R$ 2.293,32
		3%	5%	8%	10%

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

FAIXAS	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	CURSO ESPECIALIZAÇÃO
A - 0 a 3	R$ 1.250,00	R$ 1.375,00	R$ 1.581,25	R$ 1.897,50
B – 3 a 6	R$ 1.287,50	R$ 1.416,25	R$ 1.628,69	R$ 1.954,43
C – 6 a 9	R$ 1.326,13	R$ 1.458,74	R$ 1.677,55	R$ 2.013,06
D – 9 a 12	R$ 1.365,91	R$ 1.502,50	R$ 1.727,87	R$ 2.073,45
E – 12 a 15	R$ 1.406,89	R$ 1.547,57	R$ 1.779,71	R$ 2.135,65
F – 15 a 18	R$ 1.449,09	R$ 1.594,00	R$ 1.833,10	R$ 2.199,72
G – 18 a 21	R$ 1.492,57	R$ 1.641,82	R$ 1.888,10	R$ 2.265,71
H – 21 a 24	R$ 1.537,34	R$ 1.691,08	R$ 1.944,74	R$ 2.333,69
I – 24 a 27	R$ 1.583,46	R$ 1.741,81	R$ 2.003,08	R$ 2.403,70
J – 27 a 30	R$ 1.630,97	R$ 1.794,06	R$ 2.063,17	R$ 2.475,81
		10%	15%	20%

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

FAIXAS	ENSINO TÉCNICO	CURSO TÉCNICO + CURSO DE 100 HORAS	ENSINO SUPERIOR	CURSO ESPECIALIZAÇÃO
A - 0 a 3	R$ 1.254,00	R$ 1.379,40	R$ 1.586,31	R$ 1.903,57
B – 3 a 6	R$ 1.291,62	R$ 1.420,78	R$ 1.633,90	R$ 1.960,68
C – 6 a 9	R$ 1.330,37	R$ 1.463,41	R$ 1.682,92	R$ 2.019,50
D – 9 a 12	R$ 1.370,28	R$ 1.507,31	R$ 1.733,40	R$ 2.080,08
E – 12 a 15	R$ 1.411,39	R$ 1.552,53	R$ 1.785,41	R$ 2.142,49
F – 15 a 18	R$ 1.453,73	R$ 1.599,10	R$ 1.838,97	R$ 2.206,76
G – 18 a 21	R$ 1.497,34	R$ 1.647,08	R$ 1.894,14	R$ 2.272,96
H – 21 a 24	R$ 1.542,26	R$ 1.696,49	R$ 1.950,96	R$ 2.341,15
I – 24 a 27	R$ 1.588,53	R$ 1.747,38	R$ 2.009,49	R$ 2.411,39
J – 27 a 30	R$ 1.636,19	R$ 1.799,80	R$ 2.069,77	R$ 2.483,73
		10%	15%	20%

MEDICO

FAIXAS	ENSINO SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	PHD
A - 0 a 3	R$ 6.000,00	R$ 6.600,00	R$ 7.590,00	R$ 9.108,00	R$ 11.840,40
B – 3 a 6	R$ 6.180,00	R$ 6.798,00	R$ 7.817,70	R$ 9.381,24	R$ 12.195,61
C – 6 a 9	R$ 6.365,40	R$ 7.001,94	R$ 8.052,23	R$ 9.662,68	R$ 12.561,48
D – 9 a 12	R$ 6.556,36	R$ 7.212,00	R$ 8.293,80	R$ 9.952,56	R$ 12.938,32
E – 12 a 15	R$ 6.753,05	R$ 7.428,36	R$ 8.542,61	R$ 10.251,13	R$ 13.326,47
F – 15 a 18	R$ 6.955,64	R$ 7.651,21	R$ 8.798,89	R$ 10.558,67	R$ 13.726,27
G – 18 a 21	R$ 7.164,31	R$ 7.880,75	R$ 9.062,86	R$ 10.875,43	R$ 14.138,06
H – 21 a 24	R$ 7.379,24	R$ 8.117,17	R$ 9.334,74	R$ 11.201,69	R$ 14.562,20
I – 24 a 27	R$ 7.600,62	R$ 8.360,68	R$ 9.614,78	R$ 11.537,74	R$ 14.999,06
J – 27 a 30	R$ 7.828,64	R$ 8.611,50	R$ 9.903,23	R$ 11.883,87	R$ 15.449,04
		10%	15%	20%	30%

ENFERMEIRO

FAIXAS	ENSINO SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	PHD
A - 0 a 3	R$ 2.280,00	R$ 2.736,00	R$ 3.556,80	R$ 4.979,52	R$ 7.469,28
B – 3 a 6	R$ 2.348,40	R$ 2.818,08	R$ 3.663,50	R$ 5.128,91	R$ 7.693,36
C – 6 a 9	R$ 2.418,85	R$ 2.902,62	R$ 3.773,41	R$ 5.282,77	R$ 7.924,16
D – 9 a 12	R$ 2.491,42	R$ 2.989,70	R$ 3.886,61	R$ 5.441,26	R$ 8.161,88
E – 12 a 15	R$ 2.566,16	R$ 3.079,39	R$ 4.003,21	R$ 5.604,49	R$ 8.406,74
F – 15 a 18	R$ 2.643,14	R$ 3.171,77	R$ 4.123,31	R$ 5.772,63	R$ 8.658,94
G – 18 a 21	R$ 2.722,44	R$ 3.266,93	R$ 4.247,01	R$ 5.945,81	R$ 8.918,71
H – 21 a 24	R$ 2.804,11	R$ 3.364,93	R$ 4.374,42	R$ 6.124,18	R$ 9.186,27
I – 24 a 27	R$ 2.888,24	R$ 3.465,88	R$ 4.505,65	R$ 6.307,91	R$ 9.461,86
J – 27 a 30	R$ 2.974,88	R$ 3.569,86	R$ 4.640,82	R$ 6.497,14	R$ 9.745,72
		20%	30%	40%	50%

ASSISTENTE SOCIAL

FAIXAS	ENSINO SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	PHD
A - 0 a 3	R$ 2.280,00	R$ 2.736,00	R$ 3.556,80	R$ 4.979,52	R$ 7.469,28
B – 3 a 6	R$ 2.348,40	R$ 2.818,08	R$ 3.663,50	R$ 5.128,91	R$ 7.693,36
C – 6 a 9	R$ 2.418,85	R$ 2.902,62	R$ 3.773,41	R$ 5.282,77	R$ 7.924,16
D – 9 a 12	R$ 2.491,42	R$ 2.989,70	R$ 3.886,61	R$ 5.441,26	R$ 8.161,88
E – 12 a 15	R$ 2.566,16	R$ 3.079,39	R$ 4.003,21	R$ 5.604,49	R$ 8.406,74
F – 15 a 18	R$ 2.643,14	R$ 3.171,77	R$ 4.123,31	R$ 5.772,63	R$ 8.658,94
G – 18 a 21	R$ 2.722,44	R$ 3.266,93	R$ 4.247,01	R$ 5.945,81	R$ 8.918,71
H - 21 a 24	R$ 2.804,11	R$ 3.364,93	R$ 4.374,42	R$ 6.124,18	R$ 9.186,27
I – 24 a 27	R$ 2.888,24	R$ 3.465,88	R$ 4.505,65	R$ 6.307,91	R$ 9.461,86
J – 27 a 30	R$ 2.974,88	R$ 3.569,86	R$ 4.640,82	R$ 6.497,14	R$ 9.745,72
		20%	30%	40%	50%

FARMACÊUTICO

FAIXAS	ENSINO SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	PHD
A - 0 a 3	R$ 2.280,00	R$ 2.736,00	R$ 3.556,80	R$ 4.979,52	R$ 7.469,28
B – 3 a 6	R$ 2.348,40	R$ 2.818,08	R$ 3.663,50	R$ 5.128,91	R$ 7.693,36
C – 6 a 9	R$ 2.418,85	R$ 2.902,62	R$ 3.773,41	R$ 5.282,77	R$ 7.924,16
D – 9 a 12	R$ 2.491,42	R$ 2.989,70	R$ 3.886,61	R$ 5.441,26	R$ 8.161,88
E – 12 a 15	R$ 2.566,16	R$ 3.079,39	R$ 4.003,21	R$ 5.604,49	R$ 8.406,74
F – 15 a 18	R$ 2.643,14	R$ 3.171,77	R$ 4.123,31	R$ 5.772,63	R$ 8.658,94
G – 18 a 21	R$ 2.722,44	R$ 3.266,93	R$ 4.247,01	R$ 5.945,81	R$ 8.918,71
H – 21 a 24	R$ 2.804,11	R$ 3.364,93	R$ 4.374,42	R$ 6.124,18	R$ 9.186,27
I – 24 a 27	R$ 2.888,24	R$ 3.465,88	R$ 4.505,65	R$ 6.307,91	R$ 9.461,86
J – 27 a 30	R$ 2.974,88	R$ 3.569,86	R$ 4.640,82	R$ 6.497,14	R$ 9.745,72
		20%	30%	40%	50%

ANEXO VI

PLANTÕES EVENTUAIS

PLANTÃO EVENTUAL NIVEL MÉDIO/TÉCNICO	R$ 99,80	10% do Salário Mínimo*
PLANTÃO EVENTUAL ENFERMAGEM	**	
PLANTÃO EVENTUAL MÉDICO	**	

*Valor corrigido conforme o salário mínimo vigente

** Valor fixado através da média da região, publicado posteriormente.

ANEXO VII

ASSISTÊNCIA EM VIAGEM

ASSITÊNCIA EM VIAGEM NIVEL MÉDIO/TÉCNICO	R$	59,88	6% do Salário Mínimo*
ASSISTÊNCIA EM VIAGEM ENFERMAGEM	R$	79,84	8% do Salário Mínimo*
ASSISTÊNCIA EM VIAGEM MÉDICO	R$	99,80	10% do Salário Mínimo*

*Valor corrigido conforme o salário mínimo vigente

ANEXO I

ESTRUTURA DO QUADRO PERMANENTE ESPECÍFICO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS /RN

CARGO	CATEGORIA FUNCIONAL
Auxiliar de Serviços Complementares em Saúde	Agente de Combate às Endemias
	Agente Comunitário de Saúde
	Condutor
Auxiliar de Serviços Técnicos em Saúde	Auxiliar em Enfermagem
	Técnico em Enfermagem
Técnico Superior em Saúde	Enfermeiro
	Médico
	Assistente Social e Farmacêutico

CLASSES	FAIXAS	MATRIZES				
V	15	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
	14					
	13					
IV	12					
	11					
	10					
III	09					
	08					
	07					
II	06					
	05					
	04					
I	03					
	02					
	01					

ANEXO II ESPECIFICAÇÕES DO CARGO	
CARGO	Auxiliar de Serviços Complementares
Categoria Funcional	Agente de Combate às Endemias
Descrições do Cargo	Tem como atribuição o exercício de atividades de urgência, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor da saúde municipal. Atuam nas atividades relacionadas às ações de controle de doenças transmitidas por vetores para: a) realizar levantamento de índices de densidade larvária; b) realizar pesquisa larvária e tratamento perifocal e focal de pontos estratégicos; c) orientar o responsável pelo ponto estratégico sobre medidas para melhoria das condições sanitárias do estabelecimento; d) realizar pesquisas larvárias de armadilhas; e) orientar o morador ou responsável por estabelecimento comercial ou industrial sobre como evitar criadouros de Aedes aegypti em sua casa ou estabelecimento; f) realizar controle mecânico de criadouros (casa a casa), através de remoção, destruição, mudança de posição ou de localização destes criadouros com ajuda do morador; g) realizar controle químico através de aplicação larvicida (tratamento focal) nas situações em que as medidas de controle mecânico não sejam suficientes para eliminar todos os criadouros potencias existentes; h) executar outras atribuições afins.
Requisitos	Escolaridade: Ensino Médio Completo Treinamento e Experiência voltados para o conteúdo da categoria funcional. Documentos Comprobatórios - Declaração e/ou Certificado do Curso de Capacitação.
Forma de Recrutamento	Externo – Concurso Público

Perspectivas de Ascensão	Progressão funcional, promoção, mobilidade e acesso - através de tempo de permanência na faixa avaliação do desempenho e titulação.

CARGO	Auxiliar de Serviços Complementares
Categoria Funcional	Agente Comunitário de Saúde
Descrições do Cargo	Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde; Executar outras tarefas correlatas; Realizar um trabalho de busca ativa as doenças infectocontagiosas, hipertensão e diabetes, dentre outras; Realizar trabalho de educação nutricional nas famílias e na comunidade; Acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos.
Requisitos	Escolaridade – Ensino Médio Completo Treinamento e Experiência voltados para o conteúdo da categoria funcional. Documentos Comprobatórios – Declaração e/ou Certificado do Curso de Capacitação.
Forma de Recrutamento	Externo - Concurso Público
Perspectiva de Ascensão	Progressão funcional, promoção, mobilidade e acesso – através de tempo de permanência na faixa, avaliação do desempenho e titulação.

CARGO	Auxiliar de Serviços Complementares
Categoria Funcional	Condutor de Veículos
Descrições do Cargo	Trabalho qualificado, na área de saúde, que consiste em conduzir ambulância a fim de transportar pacientes a ambulatórios, laboratórios, hospitais e a outras cidades; zelar pela limpeza e conservação do veículo e

	seus equipamentos; mantê-lo em perfeitas condições de uso; auxiliar na locomoção do paciente e desembaraço da documentação necessária a internações e realização de exames.
Requisitos	Escolaridade – Ensino Fundamental Incompleto Treinamento e Experiência voltados para o conteúdo da categoria funcional Documentos Comprobatórios – Declaração e/ou certificado no curso de capacitação
Forma de Recrutamento	Externo – Concurso Público
Perspectiva de Ascensão	Progressão funcional, promoção, mobilidade e acesso – através de tempo de permanência na faixa, avaliação do desempenho e titulação.

CARGO	Auxiliar de Serviços Técnicos em Saúde
Categoria Funcional	Auxiliar em Enfermagem Técnico em Enfermagem
Descrições do cargo	Executar atividades auxiliares e complementares de saúde determinadas pelos profissionais de nível superior da área de saúde; Limpar e esterilizar instrumentos e utensílios próprios dos serviços de saúde; Auxiliar os profissionais de nível superior no desenvolvimento de suas ações voltadas para a saúde pública; Auxiliar na preparação do paciente para exames médicos ou odontológicos; Realizar atendimento pré e pós-consultas; Acompanhar as consultas de enfermagem dos indivíduos expostos as situações de risco; Executar segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção a pacientes com tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativa e infectocontagiosa;

	Efetuar curativos; Aplicar injeções utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições, para proporcionar alívio ao paciente e facilitar a cicatrização de ferimentos, fraturas e escoriações; Dar apoio aos programas especiais da área da saúde; proceder o registro em fichas e cadastros; atuar em campanhas de prevenção de doenças aplicando teste e vacinas; elaborar boletins de produção de visita domiciliares baseando-se nas atividades executadas; zelar pela conservação, ordem e limpeza do material e equipamento da unidade comunicando qualquer dano a chefia imediata; operar aparelhos auxiliares de diagnóstico de saúde; executar outras atribuições relacionadas com o conteúdo do cargo.
Requisitos	Escolaridade – Ensino Médio Completo Treinamento e Experiência – Cursos voltados para o cargo e para o desenvolvimento.

CARGO	Técnico Superior em Saúde
Categoria Funcional	Enfermeiro Médico Assistente Social Farmacêutico
Descrição do Cargo	Desenvolver as atividades específicas de sua formação profissional regulamentada por lei específica vigente
Requisitos	Escolaridade – Ensino Superior completo nas áreas correspondentes às categorias funcionais a que pertencem. Treinamento/experiência – Curso voltado para o conteúdo do cargo e para o desenvolvimento das relações interpessoais. Documentos comprobatórios – diploma de conclusão do curso superior, indicando registro no órgão de classes e registro no órgão

	competente do certificado de formação profissional específico.
Forma de Recrutamento	Externo – Concurso público
Perspectiva de Ascensão	Progressão funcional, promoção, mobilidade e acesso - através de tempo de permanência na faixa de avaliação do desempenho e titulação.

ANEXO IV

FAIXA	ASCENSÃO
10	27 a +
9	24 a 27 anos
8	21 a 24 anos
7	18 a 21 anos
6	15 a 18 anos
5	12 a 15 anos
4	9 a 12 anos
3	6 a 9 anos
2	3 a 6 anos
1	0 a 3 anos